



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

VIVIANE CRISTINA DE OLIVEIRA MELO RODRIGUES

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO COMO FATOR DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE
SUMÉ - PB.**

**SUMÉ - PB
2019**

VIVIANE CRISTINA DE OLIVEIRA MELO RODRIGUES

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO COMO FATOR DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE
SUMÉ - PB.**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.

Orientador: Professor Dr. Gilvan Dias de Lima Filho.

**SUMÉ - PB
2019**

R696i Rodrigues, Viviane Cristina de Oliveira Melo.
A importância da educação como fator de desenvolvimento local: um estudo no município de Sumé - PB. / Viviane Cristina de Oliveira Melo Rodrigues. - Sumé - PB: [s.n], 2019.

97 f.

Orientador: Professor Dr. Gilvan Dias de Lima Filho.

Artigo Científico - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Educação e desenvolvimento local. 2. Investimentos em educação. 3. Sumé – PB – Educação básica. 4. Gestão da educação.
I. Lima Filho, Gilvan Dias de. II. Título.

CDU: 37:35(045)

Elaboração da Ficha Catalográfica:


Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

VIVIANE CRISTINA DE OLIVEIRA MELO RODRIGUES

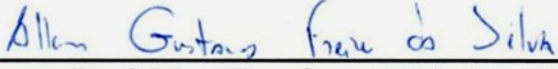
**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO COMO FATOR DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE
SUMÉ - PB.**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.


BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Gilvan Dias de Lima Filho
Orientador – CDSA/UFCG



Prof. Ms. Allan Gustavo Freire da Silva
Examinador 01 – CDSA/UFCG



Prof. Dra. Carina Seixas Maia Dornelas
Examinador 02 – CDSA/UFCG

Trabalho aprovado em: 12 de julho de 2019.

SUMÉ - PB

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo central apreciar a relevância da educação para o desenvolvimento local do município de Sumé-PB. Para noticiar os resultados educacionais do município e seu impacto no incremento socioeconômico foi selecionado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação (IDHM-Educação) e seu conjunto de componentes identificadores de aspectos como acesso, permanência, regularidade e defasagem no ensino local no período de 1991-2010. Em termos metodológicos, trabalho materializou-se como explicativo para o objetivo da pesquisa; como bibliográfico e documental quanto aos procedimentos na coleta de dados; e simultaneamente qualitativo e quantitativo quanto à forma de abordar e responder o problema. A investigação demonstrou um expressivo progresso na inserção de crianças, jovens e adultos no período, inclusive expondo que os resultados municipais superaram os estaduais, porém, ainda persiste uma grande defasagem entre a idade e a série cursada pelos estudantes. Como implicação, foi constatado um aumento absoluto e relativo na renda *per capita*, com concomitante atenuação nas disparidades distributivas, seguida de uma redução nos percentuais de pobreza e miséria.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Local. Município de Sumé - PB. IDHM-Educação.

ABSTRACT

This study has as main objective to appreciate the relevance of the education for the local development of the municipality of Sumé-PB. In order to report the educational results of the municipality and its impact on the socioeconomic increase, the Municipal Human Development Index - Education (IDHM-Educação) was selected and its set of components identifies aspects such as access, permanence, regularity and lag in local education in the 1991-2010. In methodological terms, work materialized as an explanation for the research objective; as bibliographical and documentary regarding the procedures in the collection of data; and simultaneously qualitative and quantitative in how to approach and respond to the problem. The research has shown a significant progress in the insertion of children, youngsters and adults in the period, even showing that the results of the city exceeded the state, but there is still a great gap between the age and the series studied by the students. As an implication, there was an absolute and relative increase in per capita income, with a concomitant attenuation in the distributive disparities, followed by a reduction in the percentages of poverty and misery.

Keywords: Local Development. Municipality of Sumé-PB. IDHM-Education

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL	08
2.1 Globalização e desenvolvimento local	08
2.2 Participação popular como ferramenta do desenvolvimento local	12
2.3 Gestão do desenvolvimento local	14
3 O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A EDUCAÇÃO	16
3.1 Correlação entre educação e desenvolvimento local	18
3.2 A educação como fator de promoção do desenvolvimento local	21
4 EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB	24
4.1 Evolução dos dispêndios em educação no município de Sumé-PB	24
4.2 Análise do IDHM no município de Sumé-PB	27
4.3 Análise do IDHM-Educação no município de Sumé-PB	29
4.4 Evolução da renda do município de Sumé-PB	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	34
APÊNDICE	36

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de uma região passa fundamentalmente pela natureza da economia municipal. Assim, as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento local devem levar a sociedade há uma tomada de consciência acerca das potencialidades de cada município; negociando iniciativas geradoras de riqueza e de emprego, que satisfaçam a um plano local de desenvolvimento integrado, com estratégias e metodologias de ação, que potencializem a melhoria da qualidade de vida dos seus municípios.

Um dos instrumentos basilares para a efetivação das políticas públicas é a educação, pois, o desenvolvimento local é uma ação que, obrigatoriamente, para sua efetivação, necessita do envolvimento de todos os segmentos da sociedade. Como contrapartida, no Brasil, as políticas públicas, inclusive as educacionais, vêm se responsabilizando, cada vez mais, pela proposição e fortalecimento de ações (planos, programas e projetos) que possibilitem melhorias nas condições de vida das populações, embasada na busca do crescimento distributivo sustentável e local.

Dentro desse contexto, a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), o sistema normativo brasileiro passou a atribuir a todas as esferas de governo (com destaque para a instância municipal), uma maior responsabilidade sobre a concretização das políticas públicas educacionais. Tal mudança vislumbrou de modo fracionado garantir o desenvolvimento de cada cidadão, a partir do direito a educação, promovida e incentivada pelo estado, visando o pleno desenvolvimento pessoal e profissional do indivíduo, ou seja, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, o que naturalmente resultaria no melhoramento coletivo espacial no qual o indivíduo estivesse inserido. Todavia, a normatização nem sempre é replicada em sua efetivação, o que notadamente origina falhas e limitações nos objetivos almejados na lei.

Com relação à educação, historicamente não se faz diferente no Brasil, onde há décadas, prevalece um conjunto de normas que valorizam o ensino, a emancipação individual e a formação profissional, porém, com restrito grau de aplicabilidade. Tal fato configura-se latente, sobretudo, nos municípios mais pobres das regiões norte e nordeste.

Assim, considerando o exposto, o presente trabalho tem como objetivo precípua analisar a importância da educação como fator para o desenvolvimento local do município de Sumé-PB, por meio da apreciação de indicadores de acesso, permanência, regularidade e disparidade no ensino local. Destaca-se que estas informações são disponibilizadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e configurados para o Brasil

pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), através do relatório decenal do IDHM-Educação para os anos de 1991, 2000 e 2010.

Para expressar os resultados educacionais do município foi escolhido o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação (IDHM-Educação) e seu conjunto de componentes. O IDHM-Educação foi selecionado por ser o indicador mundial oficial usado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para mensurar e comparar as condições humanas em suas respectivas localidades, inclusive educacionais. O município selecionado foi Sumé-PB, por ser o município no período (1991-2010) com melhor evolução do IDHM-Educação na região do Cariri Ocidental Paraibano.

A metodologia empregada configurou-se como explicativa para o objetivo da pesquisa; como bibliográfica (livros, revistas e artigos científicos) e documental (pautada em fontes formais de instituições governamentais) quanto aos procedimentos na coleta de dados; e simultaneamente qualitativa e quantitativa quanto à forma de acercar e responder ao problema. A estatística aplicada foi baseada no emprego de ações descritivas, com o uso de gráficos e tabelas.

Os questionamentos a serem respondidos tratam sobre a seguinte inquirição: Como foi a trajetória da educação no município de Sumé-PB entre 1991 e 2010? Qual o impacto dessas ações em termos quantitativos para o ensino do município?

Como composição o trabalho é formado por cinco segmentos: a seção introdutória, onde é exposto de forma sucinta o tema, o objetivo central, a metodologia e os problemas; a seção subsequente exhibe toda a discussão sobre a compreensão do que é desenvolvimento local (municipal) e a importância da participação popular para sua efetiva realização; a seção três apresenta demonstra a correlação positiva entre educação e desenvolvimento local, demonstrando que a primeira variável é fator de promoção da segunda; a seção dos resultados estadeia a evolução dos indicadores básicos vinculados ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM-Educação) de Sumé-PB comparando com a esfera estadual e nacional; por fim, a seção conclusiva apresenta as considerações finais sobre a fundamentação e os resultados alcançados.

2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL

A partir do fim do século XX, múltiplos determinantes dos processos de globalização acirraram as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, produzindo, dentre outros aspectos, a necessidade de redefinir o significado de desenvolvimento. Dentro dessa perspectiva, o novo sentido do termo passou a compreender as novas relações entre estado, sociedade e mercado. Sendo assim, ganhou visibilidade as temáticas relacionadas às discussões em torno da responsabilidade social, ancoradas nas ações interventivas da governança local, dentre de uma conjuntura global, que será abordado de forma mais detalhada a seguir.

2.1 Globalização e desenvolvimento local

O desenrolar dos processos de globalização tornou ainda mais evidente a relação indissolúvel entre as questões econômicas, políticas, sociais e ambientais, de tal modo que refletir sobre perspectivas de desenvolvimento na contemporaneidade implica, invariavelmente, em reflexões que analisam o problema do desenvolvimento sob a ótica multifacetada dos elementos que o perpassam, bem como, sob a visão dos diversos atores sociais nele envolvidos.

Nesse sentido, o que se pode perceber é que um dos efeitos da globalização, ao invés de promover o fim do local, foi levar à confrontação uma pluralidade de interações quanto ao significado do mundo, formulado a partir da perspectiva de tradições internacionais, nacionais e locais.

Nesse cenário, a acepção do local passou a ser definido como um bairro, uma rua, uma região ou uma nação, com algumas características, que se expressa em termos de coesão internas, no qual a sua realidade empírica remeta a compreensão de vários aspectos, tais como: tamanho, dimensão, qualidade, quantidade, heterogeneidade, especificidade e grau de autonomia da área (educação) ou esfera envolvida (municipal).

Descrevendo sobre o local e seu conceito, Castells (1999, p. 512) argumenta que:

Um lugar é um local cuja forma, função e significado são independentes dentro das fronteiras da contiguidade física. Trata-se, portanto, de uma questão de escala entendida mais como “unidade de concepção” e não como unidade de medida, limitada a um mero exercício matemático. Entende-se que o espaço local define-se por um conteúdo ecologicamente dinâmico e historicamente elaborado e experimentado pelas pessoas que nele moram (ou moraram). As pessoas, consideradas em suas distintas possibilidades sociais e econômicas, relacionam-se com as condições de ocupação e sobrevivência do lugar, com ele se identificam, dele se apropriam, nele formam raízes. Insiste-se que esta é a essência do lugar, chave da elaboração e da compreensão de sua identidade.

De modo geral, o desenvolvimento local se configura como um conjunto de ações que partem de dentro para fora como elementos importantes para localidade e suas respectivas tomadas de decisão microeconômicas.

Assim, o desenvolvimento local não promove o isolamento, sendo igualmente a globalização uma situação irreversível no mundo contemporâneo. Cabendo a cada governo (nacional, regional ou local), saber se incorporar ao processo de participação geral, mantendo como foco o progresso em sua respectiva instância de atuação, em favorecimento das esferas sociais, econômicas e ambientais.

De acordo com Costa (2003), em geral, os pesquisadores que abordam a temática do desenvolvimento local são unânimes ao considerar necessárias ações a partir de estruturas de pensamentos endógenos (locais), mas, admitindo os processos exógenos como importantes elementos de análise, pelo fato de os mesmos se constituírem em ameaças e/ou oportunidades para determinada localidade. Da mesma forma, todos os estudiosos mencionados entendem que sem a participação popular, o processo fica totalmente comprometido em sua prática. O desenvolvimento local, portanto, implica em um processo de envolvimento das pessoas, do complexo conjunto social do lugar, como geradores de novas ideias e possibilidades.

O desenvolvimento local, portanto, é decorrência do trabalho coletivo de uma sociedade. Nela está materializada a história de um povo, suas relações sociais, políticas, econômicas e religiosas.

Sua existência ao longo do tempo é determinada pela necessidade humana de se agregar, de se inter-relacionar, de se organizar em torno do bem estar comum; de produzir e trocar bens e serviços, de criar cultura e arte; de manifestar sentimentos e anseios que só se concretizam na diversidade que a vida urbana proporciona.

O desenvolvimento local é um processo endógeno de mobilização das energias sociais na implementação de mudanças que elevam as oportunidades sociais e as condições de vida no plano local (comunitário, municipal ou sub-regional), com base nas potencialidades e no envolvimento da sociedade nos processos decisórios (BUARQUE, 1997, p. 67).

Frente a essas transformações, enquanto estratégia de planejamento e de ação, o desenvolvimento local surge em um contexto em que se esgotam as concepções de desenvolvimento associadas apenas ao progresso material (acúmulo de riquezas), pessoal (ganhar a vida) e ilimitado (quanto mais, melhor), mas, sobretudo, é um produto da iniciativa compartilhada, da inovação e do empreendedorismo comunitários.

Dessa forma, mais que um conceito, o desenvolvimento local é um evento *sui generis*, resultante do pensamento e da ação à escala humana, que confrontam o desafio de enfrentar problemas básicos e alcançar níveis elementares e auto-referenciados de qualidade de vida na comunidade (MARTINS, 2002).

Portanto, é necessário promover o desenvolvimento como “[...] um processo social localizado, que conjugue crescimento econômico e melhoria das condições de vida da população por meio da ação de duas forças: 1) impulso à acumulação e 2) impulso à melhoria das condições das grandes massas” (BARBOSA, 2004, p. 274).

Todavia, anteriormente o desenvolvimento local passava exclusivamente pelo aspecto econômico, como somatório do crescimento da produção e geração das riquezas; e como específico entendimento sobre desenvolvimento local materializado na impossibilidade do bem estar coletivo, que pudesse garantir as classes trabalhadoras seus benefícios, com o desenvolvimento econômico periférico.

Como junção ao social, sobretudo, na década de oitenta houve uma consciência ecológica mundial, depois de estudos e análises, a partir de grupos e movimentos, que alertaram sobre a ameaça do desenvolvimento sobre o *habitat* do homem e do próprio homem. Daí surgiu à ideia de desenvolvimento sustentável, para estabelecer a relação entre os aspectos. O desenvolvimento local se tornou uma estratégia de valorização das potencialidades locais, com ênfase no que cada sociedade produzia e colocava à venda para o ambiente ao seu redor, proporcionando assim melhorias sociais e econômicas, e impulsionando o crescimento econômico de forma endógena, ou seja, de dentro para fora, como demonstra a figura subsequente.

Figura 01 - Pilares do Desenvolvimento Local Sustentável



Fonte: Barbosa, 2004.

Sendo assim, o aproveitamento das potencialidades e vantagens competitivas locais, traz ao município possibilidades de criar novas oportunidades, através de investimentos e

reestruturação da base socioeconômico e cultural que promovam novas oportunidades de inserção no mercado, melhoria da qualidade de vida, direcionamento nas ações para a sociedade, com foco ao combate a pobreza, ofertando aos indivíduos, emprego e geração de renda, com ações articuladas as políticas sociais, assegurando melhor acesso aos serviços básicos de qualidade.

Do mesmo modo, o desenvolvimento local em seu aspecto ambiental é definido por Acsehrad e Leroy (1999) como a capacidade das políticas municipais se adaptarem à oferta de serviços, à qualidade e à quantidade das demandas sociais, almejando o equilíbrio entre as demandas de serviços locais e investimentos em estrutura. No entanto, igualmente é imperativo para a sustentabilidade local a aplicação racional dos recursos naturais, a boa forma do ambiente municipal abalizado na interação com o clima e os recursos naturais, além das respostas às necessidades urbanas e do campo com o mínimo de cessão de dejetos e rejeitos para outros ecossistemas atuais e futuros.

Em contrapartida, infelizmente a grande maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, e suas respectivas cidades, estão oprimindo majoritariamente a capacidade de seus recursos naturais. Considerando o nível de industrialização de cada país as dificuldades se distinguem. Richard Roger afirma que nos países desenvolvidos a migração de pessoas de centros urbanos para os subúrbios mais afastados que oferecem um ambiente natural mais próspero, gerou uma ampliação no do uso de automóveis, aos concludentes engarrafamentos e à poluição do ar. Já nos países em desenvolvimento os problemas ambientais e sociais são potencializados pela expansão das cidades sem a sinérgica infraestrutura para suportar tal crescimento. Como constatação, em todo o mundo a pobreza ainda é um dos principais problemas enfrentados pelas sociedades, e geralmente a camada mais pobre da população é vastamente descurada.

Logo, torna-se imperativo para a efetivação do desenvolvimento local, a conservação ambiental, por meio da aplicação, adaptação e incorporação de tecnologias adequadas com ecossistemas locais, de forma que a produção, não comprometa o meio ambiente, garantindo um patrimônio natural que possa ser favorecido as gerações presentes e as futuras. Portanto, a sustentabilidade econômica, emoldurada no âmbito do desenvolvimento sustentável é um conjunto de medidas e políticas que almejam a inclusão de inquietações e considerações ambientais e sociais. Sendo aos conceitos clássicos de mais-valias econômicas, acrescentados de parâmetros ambientais e socioeconômicos, instituindo para todos os segmentos produtivos.

2.2 Participação popular como ferramenta fundamental para o desenvolvimento local

A democratização do poder e a participação social, ou seja, a sociedade participativa, ganha grande relevância frente ao desenvolvimento local. Portanto, é fundamental que atualmente haja a criação de mecanismos por parte do setor público para acentuar a participação direta dos atores sociais do município (população) para que seja, efetivamente expressas nas ações públicas os verdadeiros anseios coletivos.

Em outras palavras, as tomadas de decisões dos governos municipais necessariamente precisam passar pela população interessada, para a agregação dos preceitos de eficiência, eficácia e efetividade das ações planejadas sejam concretamente realizadas. Portanto, é necessário de forma impessoal que se descentralize administrativamente e financeiramente os encargos, os recursos e flexibilidade da aplicação dos mesmos.

De forma empírica, a administração local deve exercer um papel mobilizador entre a sociedade e o sistema produtivo local, integrando os vários setores produtivos com as diferentes camadas sociais que compõe a coletividade local, almejando assim não somente o progresso econômico, mas a equidade social, perfazendo uma integração entre a dimensão socioeconômica.

Em termo intergovernamental, nos últimos anos, o Brasil vem descentralizando o papel do estado como unidade básica e responsabilizando e sobrecarregando o município com competências, possibilitando assim maior aproximação entre governo central e o município, entre o município e a sociedade civil, a partir das novas regras de convivência, como expressas na figura abaixo.

Figura 02 - Desenvolvimento Local e Participação Coletiva



Fonte: Barbosa, 2004.

Como síntese, o desenvolvimento local pode ser definido dentro dessa lógica inclusiva como uma estratégia de valorização das potencialidades locais que possam incentivar um novo padrão de crescimento econômico dotado de sustentabilidade socioambiental pautado na participação popular.

Para Paiva e Monteiro (2001), tendo como baldrame o contexto anterior, pode-se compreender um conjunto de princípios que norteiam as ações e iniciativas que agenciem o aproveitamento das potencialidades e sobrepujem os pontos de estrangulamento que anteparam o processo de desenvolvimento local:

a) Aplicação das potencialidades e vantagens competitivas locais: significa a necessidade não somente da adaptação das ações públicas as potenciais, condições e possibilidades efetivas do município (vantagens comparativas), quanto ao fomento de novas oportunidades por meio de investimentos e reestruturação da base socioeconômica que proporcionem novas possibilidades de inserção da População Economicamente Ativa (PEA) no mercado de trabalho;

b) Avanço da qualidade de vida: Constitui redirecionar as políticas públicas municipais aos objetivos do coletivo local, sobretudo, para minimizar a pobreza através da disponibilidade de emprego e a geração de renda, com a dinamização da economia e o aumento da atividade produtiva local, assentando as políticas sociais paralelamente com a melhora do acesso da população aos serviços sociais básicos com o mínimo de qualidade;

c) Preservação ambiental: Consiste na adequação e inclusão de tecnologias apropriadas ao funcionamento e exploração dos ecossistemas locais, de modo que as atividades produtivas empregadas não afetem negativamente o meio-ambiente. Para isso, é necessário se ter um manejo sustentável dos recursos naturais, afiançando que o patrimônio natural possa ser repassado para as novas gerações;

d) Democratização do poder e participação social: A participação social na gestão pública municipal deve ser usada como uma ferramenta para estimular e favorecer na elaboração das políticas públicas locais, através da interação dos diferentes atores sociais com a prefeitura. Para isso se concretizar são necessários: a criação de mecanismos simples, diretos, ágeis e idôneos de comunicação; ampliar a disponibilidade de informações e conseqüentemente de conhecimento da sociedade sobre o funcionamento das políticas públicas em curso; reduzir a rigidez e a burocracia existente para o acesso aos sistemas de financiamento disponíveis para a população e atividades locais; por fim, incentivar a mobilização social e sua interação com a tomada de decisões nos mais diversos segmentos (educação, saúde, segurança, mobilidade, infraestrutura, dentre outros)

2.3 Gestão do desenvolvimento local

O processo de desenvolvimento local consiste no empenho articulado de todos os atores (governamentais e da sociedade civil), dispostos a implementar projetos majoritariamente benéficos para o processo de melhoramento socioeconômico local, mesmo que em sua concepção apresente antagonismo de interesses particulares.

Desse modo, para um funcionamento adequado da gestão do desenvolvimento local se faz imperativo a formação e o fortalecimento de todos os atores presentes no território municipal, que possuam capacidade para o empreendimento de ações correlacionadas a evolução socioeconômica capitaneada pelas potencialidades locais.

Portanto, a gestão do desenvolvimento local deve fomentar um o ambiente propício para permitir o máximo de parcerias entre o governo e a sociedade civil. De modo efetivo, essa parceria deve proporcionar a maximização do funcionamento da esfera municipal, pautado na racionalidade nas ações e na transparência da utilização dos recursos. De forma similar, deve promover a criação de uma nova relação entre governo e cidadão, caracterizada por ações menos dispendiosas, mais produtivas e mais extensivas (maior número de beneficiados possível), configurando-se na modernização da instituição municipal.

A modernização da instituição municipal, por sua vez, representa o compêndio da gestão pública para a uma administração eficiente (economia de meios), eficaz (efetivação das metas) e efetiva (consecução dos resultados socioeconômicos) das estratégias, programas e projetos relacionados.

Todavia, a modernização na máquina municipal, sem a realização de alterações verdadeiras na cultura organizacional, será incapaz de ampliar a qualidade na gestão dos processos de desenvolvimento. Logo, a fragmentação decisória tem que ocorrer como uma decorrência natural da participação dos movimentos sociais e grupos organizados da sociedade civil. Somente, dessa forma (como resultado da aquisição de uma consciência que leve a autoestima, autoconfiança, autodeterminação e autonomia), que os atores sociais exercerão de fato seus papéis no processo de gestão do desenvolvimento local.

Segundo Furuyama (2000), um modelo de gestão municipal moderno e adequado com os novos padrões do desenvolvimento humano sustentável devem apresentar duas dimensões indispensáveis: a funcional e a pedagógica. A dimensão funcional da gestão consiste em responder às necessidades de melhoria de vida da população local no curto, médio e longo prazos (essa dimensão também é denominada de “Dimensão de Produtos”). A dimensão pedagógica é incide em asseverar o aprendizado e o crescimento do ser humano, enquanto

sujeito de sua própria trajetória, de seu próprio desenvolvimento individual (também definida de “Dimensão de Processos”).

As duas dimensões impõe aos gestores locais sensibilidade e capacidade técnica mínima para idealizar, delinear, agenciar e conduzir adequadamente propostas de desenvolvimento.

Exalta-se que, a partir do exposto fica latente a inexistência real de desenvolvimento local sem a participação efetiva dos sujeitos locais (poder público, sociedade civil, movimentos sociais e organizações populares) adequadamente capacitados (informados e preparados) para administrarem os grandes desafios na busca da resolução dos principais entraves para o desenvolvimento do município e na identificação e valorização dos potenciais e riquezas locais.

Para Franco (2000), de um modo geral, pode-se dizer que a gestão do desenvolvimento local se fundamenta em quatro grandes pilares articulados, que estabelecem as condições para a modificação econômica e social e para um efetivo processo de mudança da realidade local: Esses pilares são: a melhoria dos recursos humanos; a consolidação da organização social (capital social), por meio do fortalecimento da sociedade e da formação de espaços institucionais com organizações apropriadas e capazes de criar e discutir projetos propostos; a materialização da gestão social pautada no acompanhamento do gerenciamento dos recursos públicos; e o empreendedorismo corporificado na criatividade, na competência coletiva e individual e na capacidade de atuar, em colocação da vocação local em atividades que adicionem valor às atividades econômicas, a partir de tecnologias ajustadas à realidade, à conservação do meio ambiente e à afeição da cultura regional.

Figura 03 - Pilares da Gestão do Desenvolvimento Local



Fonte: FINER, 2019.

3 O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A EDUCAÇÃO

No Brasil, após a Constituição Federal de 1988 (CF/88), houve uma reordenação das ações governamentais, o que promoveu uma descentralização das políticas públicas em favor do município, o que conseqüentemente possibilitou as instâncias locais de governo maior possibilidade de autonomia na efetiva tomada de decisões para os diversos setores estruturantes da sociedade, entre estes a educação.

De forma específica, no Brasil, após a CF/88 tornou-se latente a relevância das políticas públicas educacionais na busca pela promoção do desenvolvimento local sem a geração de antagonismo, ou seja, não significando limitar os potenciais nacionais mais amplos, mas sim, denotando utilizar as múltiplas discrepâncias territoriais segundo os potenciais e interesses da comunidade local.

Como ratificação, Dowbor (2006) afirma que a educação é incontestavelmente um dos principais fontes para o desenvolvimento local, que deve formar pessoas para uma participação ativa e capaz de transformar o seu entorno social e o da sua comunidade. No entanto, para que se construa uma cidadania efetiva é necessário ter uma cidadania informada e este conhecimento deve começar adequadamente na vida dos indivíduos por meio da formação educacional.

No território assim constituído, as pessoas passam a se identificar como comunidade, a administrar conjuntamente problemas que são comuns. Este “aprender a colaborar” se tornou suficientemente importante para ser classificado como um capital, uma riqueza de cada comunidade, sob forma de capital social. (DOWBOR, 2006, p.4).

A educação é portanto, primordial para o desenvolvimento local e essencialmente para que o sujeito possa transformar-se e transformar o seu meio social. Para que ocorra um desenvolvimento local satisfatório é necessário uma maior participação e um amplo conhecimento das normas (leis) existente em seu município, para assim, poder ter acesso aquilo que é por direito do cidadão, a verdadeira participação popular na tomada de decisão. De acordo com Senhoras (2007, p. 14).

[...] participação da sociedade nos processos decisórios, a democratização das informações e do acesso aos bens e serviços públicos, o resgate da autonomia e da identidade local, bem como a implementação de programas intersetoriais, que visem ao atendimento do indivíduo em todas as dimensões: políticas, econômicas, sociais, culturais, tecnológicas e outras.

Dessa maneira, as políticas públicas educacionais são instrumentos para o desenvolvimento local. Através delas surgem inovações, propostas transformadoras que possibilitam aos alunos uma maior participação e compreensão da realidade em que os mesmos estão inseridos. Sendo assim, a educação proporciona um conhecimento indispensável aos sujeitos, que os leva a transformar-se e transformar sua comunidade. Para que isso ocorra é necessário desenvolver ou criar estratégias capazes de estimular a participação dos educadores nessas propostas trazidas pelos programas educacionais.

Acredita-se que a articulação das estratégias educacionais desenvolvidas pela escola e pelos programas governamentais seja capaz de estimular a conversão dos conhecimentos produzidos pelas comunidades, inclusive os escolares, em processos e produtos (bens e serviços) que representem inovações e impulsionem as dinâmicas de desenvolvimento local. Nessa direção, a escola tem sido vista como um dos equipamentos sociais e comunitários de fundamental importância na oferta de uma educação que possibilite aos alunos maior compreensão da realidade local e capacidades pessoais de interferir e promover mudanças por meio da busca de solução para os problemas vividos por eles e suas famílias. (Klein, 2002, p. 23).

Assim estudiosos como Torres (2004), Zárata e Artesi (2001), Martinez (2003), e Dowbor (2006), exaltam a progressiva necessidade de expandir as discussões sobre a relevância da escola e das políticas educativas como fator basilar e meio fundamental da promoção do desenvolvimento local. Tais pesquisas demonstram que a socialização e a formação produzidas por meio da vivência escolar e direcionadas pela necessidade e lógica do desenvolvimento local, podem configura-se como mecanismos práticos das cogentes transformações sociais e econômicas (produtivas).

Esboços desta orientação podem ser encontrados em diversas iniciativas no país. Em Santa Catarina, gerou-se o projeto "Minha Escola - Meu Lugar", por meio do qual o estudo dos problemas locais está sendo inserido nos currículos escolares. Paralelamente, as universidades regionais - como Lajes, Blumenau e outras - estão contribuindo com a elaboração de visões da situação e necessidades regionais, o que por sua vez está gerando material para o ensino fundamental, mas também as escolas médias, as instituições de formação profissional e as próprias universidades. Gera-se assim a problematização e organização científica do conhecimento aplicado (Dowbor, 2006, p. 12-13).

Como complemento, Dowbor (2006, p. 1) argumenta que os discentes, de modo prático, deveriam além do currículo tradicional, conhecer e compreender a realidade onde estão inseridos e conseqüentemente onde serão avocados a participarem como cidadãos e como trabalhadores ou empresários. Nesse sentido, a concepção de educação para o desenvolvimento local tem se tornado cada vez mais latente, auferindo maior evidência e estimação no cenário das políticas públicas esteadas pelo princípio da intersetorialidade

(múltiplos setores envolvidos). Em outras palavras, as políticas escolares são avaliadas no presente, como mecanismos indispensáveis na elaboração de estratégias educacionais democráticas e de emancipação do aluno, englobando necessariamente a participação do coletivo social (comunidade) no processo de promoção do desenvolvimento local.

3.1 Correlação entre educação e desenvolvimento local

Para Dowbor (2006), a educação deve ser considerada como fator intrínseco ao desenvolvimento local, estando, por sua vez, diretamente vinculado com a necessidade de se formar novos indivíduos que no futuro possam interagir de modo ativo nas iniciativas capazes de modificar positivamente seu território (município), por meio da elaboração de conhecimentos apropriados e a incorporação de tecnologias sociais.

Para isso, os alunos formados no sistema educacional proposto a propagar o desenvolvimento local, devem ser questionadores, conscientes das contradições sociais, preocupados e com iniciativas voltadas para a busca da resolução dos problemas de sua realidade socioeconômica (comunidade).

Figura 04 - Mudanças para uma Educação Destinada ao Desenvolvimento Local

Educação Século 20	Educação Século 21
Baseada na transmissão e no acúmulo de informações	Baseada no desenvolvimento pleno: apropriação e transformação das informações em conhecimentos para a vida
Memorização de fatos, técnicas e informações	Conhecimento aplicado para significar e potencializar o ser, o fazer, o conviver e o aprender
Abordagem massificada	Abordagem personalizada
Aprendizagem passiva	Aprendizagem ativa por meio de projetos e metodologias que ampliem a participação individual e coletiva
Estudantes aprendem individualmente em sala de aula	Estudantes aprendem colaborativamente em times na sala de aula e no espaço ampliado da escola e da comunidade
Professor como transmissor de conteúdos	Professor como mediador, facilitador e orientador do desenvolvimento integral do estudante
Currículo fragmentado	Currículo integrado
Alfabetização com foco em leitura, escrita e matemática	Alfabetização com foco em multiletramentos

Fonte: UNESCO, 2019.

Infelizmente, em virtude de sua importância, no presente o sistema educacional e suas instituições (escolas e universidades) são objeto de disputas e conflitos, pois podem ter como

consequência a solidificação das mudanças ou o fortalecimento das condições preexistentes, marcadas pelo distanciamento social do poder e pela forte restrição popular sobre o acesso da tomada de decisão.

Sobre isso, Coraggio (2001), Correa (2007) e Kang (2013) enaltecem que a partir de observações empíricas de trabalhos realizados por ambos, constatou-se que a maioria dos estados e dos municípios brasileiros que aplicaram e/ou adotaram em suas políticas educacionais projetos e programas que discutiam o desenvolvimento local, apresentaram ampliação da qualidade não somente dos indicadores de aprendizagem mais, sobretudo, nos índices sociais da comunidade em que os alunos se encontravam inseridos.

Como ratificação quantitativa da exposição anterior, dados mais atuais relacionados por Kang (2013), aos resultados expostos pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) que elabora o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) composto por três dimensões (renda e trabalho, educação e saúde); e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) que elabora Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM) composto por cinco dimensões (habitação, renda, trabalho, saúde e segurança, e educação), demonstrou para a variável educação, melhores resultados no desenvolvimento espacial regional nos estados (São Paulo, Distrito Federal, Santa Catarina e Paraná) que incluíram o ensino de desenvolvimento local em suas redes educacionais.

Tabela 01 - Principais Estados, Segundo o IFDM* e o ISDM**

IFDM			ISDM		
ESTADOS	Posição no Ranking	Índice da Dimensão Educação	ESTADOS	Posição no Ranking	Índice da Dimensão Educação
SP	1ª	0,914	DF	1ª	5,75
ES	2ª	0,843	SP	2ª	5,64
DF	3ª	0,839	SC	3ª	5,62
SC	4ª	0,836	PR	4ª	5,60
MG	5ª	0,808	RS	5ª	5,56
PR	6ª	0,796	MG	6ª	5,55
RJ	7ª	0,769	RJ	7ª	5,47
MT	8ª	0,767	GO	8ª	5,39
MS	9ª	0,757	MS	9ª	5,33
GO	10ª	0,756	ES	10ª	5,27
RS	11ª	0,752	MT	11ª	5,17

Fonte: Kang, 2013.

* IFDM – Educação no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (FIRJAN);

** ISDM – Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (FGV).

Destaca-se que as discrepâncias nos resultados entre os dois indicadores anteriormente citados, devem-se notadamente não somente pela forma como a concepção de desenvolvimento local é mensurada em cada sistema avaliativo (FIRJAN e FGV), mas também pelas variáveis selecionadas para a composição da dimensão Educação em cada índice. No IFDM (FIRJAN), utilizam-se seis variáveis para compor essa dimensão: taxa de matrícula na educação infantil, taxa de abandono, taxa de distorção idade-série, percentual de docentes com ensino superior, média de horas-aula diárias e resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Dessas, somente a primeira refere-se à educação infantil, todas as demais são variáveis do ensino fundamental. Por sua vez, onze variáveis compõem a dimensão Educação no índice da FGV: duas variáveis alusivas à educação infantil, seis pautadas ao ensino fundamental e três atinentes ao ensino médio e à taxa de analfabetismo de adultos.

De modo geral, os resultados aludem novamente à conclusão anterior, ou seja, que a educação, associada às políticas públicas que enaltecem o conhecimento local e se atentam para as demandas e penúrias sociais da população, dispõe de acentuado potencial, que carece ser aproveitado com responsabilidade e direcionado para a formação de ações governamentais voltadas para o crescimento produtivo e social local.

A esse respeito, Dowbor (2006, p. 13) descreve:

No município de Vicência, em Pernambuco, encontramos o seguinte relato: "Educação é a principal condição para o desenvolvimento local sustentável. Nessa dimensão, a Secretaria de Educação do Município implantou o projeto 'Escolas rurais, construindo o desenvolvimento local', com a perspectiva de melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais". O projeto permitiu "uma metodologia diferenciada que leva a uma contribuição para uma melhor compreensão de um verdadeiro exercício de cidadania. O projeto tem como objetivo tornar a escola o centro de produção de conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento local".

Todavia, para que a educação alcance o resultado mencionado, deve acoplar diretamente o atendimento das necessidades educacionais com as carências sociais dos discentes, ocorrendo efetivamente uma aprendizagem amplamente articulada com as ações públicas para o desenvolvimento local. Logo, para Dowbor (2006) para a educação cumprir o seu papel no processo de desenvolvimento local, seria preciso à existência de alguns aspectos, tais como: 1) professores capacitados e engajados com as dificuldades e carências locais, bem com, com as demandas e necessidades dos alunos, buscando sempre interagir mais e melhor com a realidade dos mesmos; 2) comunidade participativa, com os pais abrangendo todas as questões educacionais e sociais dos seus alunos; 3) atores sociais como agentes fomentadores

ao acesso a locais propícios para a formação e consolidação do conhecimento; 4) elaboração de programas e projetos intersetoriais que correlacionam as questões educacionais com às demais situações sociais dos alunos.

3.2 A educação como fator de promoção do desenvolvimento local

A aprendizagem destinada para o desenvolvimento local deve ser compreendida sempre como um processo mediante o “qual uma nova informação relaciona-se, de maneira substantiva (não literal) e não arbitrária, a um aspecto relevante da estrutura de conhecimento do indivíduo" (Moreira, 1999, p. 15).

Dessa forma, torna-se evidente que os conhecimentos produzidos na escola relacionados diretamente aos conhecimentos cotidianos expostos pelos alunos gerarão utilidade concreta para os novos conceitos adquiridos. Pressupõe-se, portanto, que a aprendizagem, ao ter significado, com sentido e em interação com o conhecimento prévio do discente, onfigura-se como um fator verdadeiro na produção de ações comprometidas com desenvolvimento local.

Dentro desse contexto, Coraggio (2003, p. 05) afirma que:

Otro elemento crítico es que la educación, el aprendizaje y el desarrollo de todo ese complejo conjunto de capacidades personales e institucionales, tienen que tener un componente muy fuerte de ampliación de las capacidades de emprendimiento, de análisis crítico, de proyección, de previsión a mediano plazo y de prospectiva, de imaginación. También de las habilidades y disposiciones para la cooperación y la comunicación, para participar y facilitar el diálogo con otros, para favorecer la toma de decisiones colectivas y el seguimiento y la evaluación de sus resultados, para poder convertir una idea en un proyecto.

Como complementação do exposto, Martinez (2003) salienta que os projetos, programas e estratégias educacionais destinadas com o fomento do desenvolvimento local normalmente se deparam, com dificuldades para:

a) inserir o conhecimento local nas práticas pedagógicas; b) sensibilizar e mobilizar professores e alunos em aprofundar nas questões que envolvem objetivos, conteúdos, metodologias pedagógicas para a promoção do desenvolvimento local; c) elaborar e desenvolver atividades que articulem aos conteúdos curriculares os conhecimentos prévios dos alunos fazendo-os interagir e responder aos problemas locais; d) conhecer os problemas locais e a partir deles pensar em soluções práticas e efetivas; e) capacitar professores e; f) selecionar conhecimentos escolares que estejam engajados na realidade em que os alunos vivem. Deparam-se, sobretudo, com as tensões e contradições que dificultam superar tais desafios, haja vista a necessidade de romper com a tradição secular brasileira de profunda desigualdade social e de acesso ao poder. (MARTINEZ, 2003, p. 34)

Para suplantar eficientemente, os problemas de correlação entre a educação e sua inserção no desenvolvimento local é fundamental sempre considerar os objetivos pessoais, as identidades dos indivíduos e de suas comunidades, bem como, desenvolver estratégias sócio-educacionais comprometidas com a gestão social local. De acordo com Klering; Fachin; Mesquita (1998), para avigorar o objetivo exposto se faz imperativo a promoção de inovações educacionais comprometidas com as mudanças na realidade local, com a melhoria do diálogo entre poder público, escola e comunidade, facilitando assim o desenvolvimento de ações públicas capazes de gerar mais segurança, saúde, justiça, dignidade, equidade e qualidade na educação para a população. Para isso, deve ser cumprido os quatro pilares da educação definidos por Delors (1998).

Figura 05 - Pilares para a Educação no Século XXI



Fonte: Delors, 1998.

Assim, para Klering; Fachin; Mesquita (1998, p. 22) a contextualização das práticas pedagógicas acena a comunidade escolar (professores e alunos) a gerar conhecimentos e a praticar ações, principalmente intersetoriais, com a expectativa de acarretar:

- interações locais na produção e difusão do conhecimento;
 - aumento do conhecimento coletivo e da inteligência local;
 - desenvolvimento de aprendizagens em que a práxis produtiva se constitui como princípio e fim educativo, dentre outros.
- Tudo isso são elementos de uma política educativa comprometida com a promoção do desenvolvimento local, que tem o sabor de inovações educacionais e sociais necessárias à transformação social.

As inovações educacionais e sociais que almejam o melhoramento social por meio do desenvolvimento local evidenciam o objetivo de mudança de paradigmática originando novas alternativas laborais, comportamentais e de conhecimento (ou seja, novas possibilidades de trabalho, de aprendizagem, de atitude de relacionamento e convívio em comunidade – menos individualista e mais associativa).

Dentro dessa conjuntura, Farkus; Rocha (2007, p.56), compreendem que:

As inovações educacionais e sociais estariam relacionadas a transformações em diversos âmbitos, entre eles o cultural, o econômico, o ambiental, dentre outros, que beneficiem e convém a um grupo de sujeitos sociais podendo atingir e modificar, direta ou indiretamente, toda sociedade. No contexto da educação, supõe-se que essas inovações possam modificar ou renovar formas de intervir no processo de ensino-aprendizagem de modo a promover avanços na qualidade da educação e a promover o desenvolvimento local.

Como suplemento Jorge (1996, p. 47), enfatiza que:

Atualmente a inovação é algo aberto, capaz de adotar múltiplas formas e significados, associados com o contexto no qual se insere. Destaca-se, igualmente, que a inovação não é um fim em si mesmo, mas um meio para transformar os sistemas educacionais. É um processo que envolve relações de poder, disponibilidade de recursos financeiros, humanos, materiais, [...] participação dos professores e as variáveis políticas. Entende-se, aqui, por inovação [...] uma série de mecanismos e processos mais ou menos deliberados e sistemáticos, por meio dos quais se tenta produzir e promover mudanças práticas educativas vigentes.

Assim, pode-se mencionar que uma estratégia educativa inovadora deve estar vinculada à prática dos quatro pilares da educação, bem como, ao fazer, ao saber-fazer diferente, à criação de novos materiais de formação, bem como, aos anseios dos atores envolvidos no processo de buscar por mudanças, modificações, renovações das práticas pedagógicas e, até mesmo, no padrão de convivência social.

Por fim, a nova estratégia educacional deve estar arrolada a políticas públicas identificadas com as constantes mudanças no contexto socioeconômico para o qual se fazem necessários projetos, para a contínua evolução das políticas pedagógicas escolares interdisciplinares e integradas, destinadas para a realização do desenvolvimento local, de preferência multisetorial (que envolva a maioria dos setores do município).

4 EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB

A educação tem sua relevância socioeconômica como elemento estruturante do estado de bem-estar social sendo, portanto, condição básica de cidadania para a população, como descrito nas seções anteriores. Da mesma maneira, tem função fundamental na promoção da igualdade social, na atenuação das disparidades espaciais e na expansão do progresso material para o país e suas unidades constituintes, uma vez que, o ensino configura-se como variável basilar para a efetivação da fecunda capacidade humana (pois, sem educação inexiste avanço coletivo produtivo e social).

Desse modo, buscando apreciar a relação das políticas públicas educacionais e a evolução dos indicadores educacionais do município de Sumé-PB, por meio da apreciação de identificadores de acesso, permanência e aprendizado da população local, disponibilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a seção será iniciada ponderando o volume e a evolução do financiamento da educação, assim como a caracterização de seu montante recente no orçamento municipal, inclusive determinado por normas que estabeleceram percentuais mínimos obrigatórios para cada esfera de governo em cada intervalo de tempo.

4.1 Evolução dos dispêndios em educação no município de Sumé-PB

Analisando a trajetória dos dispêndios reais (desconsiderando a correção monetária pelo indicador oficial usado pelo governo brasileiro - Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA) no município de Sumé-PB no período de 2002 a 2017 para os gastos com educação, constatou-se uma elevação absoluta entre o primeiro e o último ano da série correspondente a R\$ 8.153.277,61, o que representou uma variação relativa de 177,78%, e configurou-se em uma média de crescimento anual de 11,85% (correspondendo a um incremento monetário anual médio de R\$ 543.551,84 nos gastos com a educação local).

Todavia, destaca-se que como função de despesa a educação somente foi suplantada no período estudado pela saúde. Como averiguação dos dados disponibilizados no Quadro 01, no ano de 2002 o volume de recursos destinados para a educação foi de R\$ 4.586.279,38 e para a saúde correspondeu a R\$ 7.339.451,94 (diferença favorável à saúde de R\$ 2.753.172,56). Já no ano de 2017, o total de dinheiro direcionado para educação foi de R\$ 12.739.556,99 e para a saúde equivaleu a R\$ 15.223.104,32 (discrepância favorável à saúde de R\$ 2.483.547,33). Deve ser ressaltado que este resultado decorre muito mais da legislação em vigor (que estabelece valores mínimos para educação e saúde), do que opção por prioridades, por parte da gestão municipal.

Tabela 02 - Evolução das Despesas por Função no Município de Sumé-PB entre 2002-2017

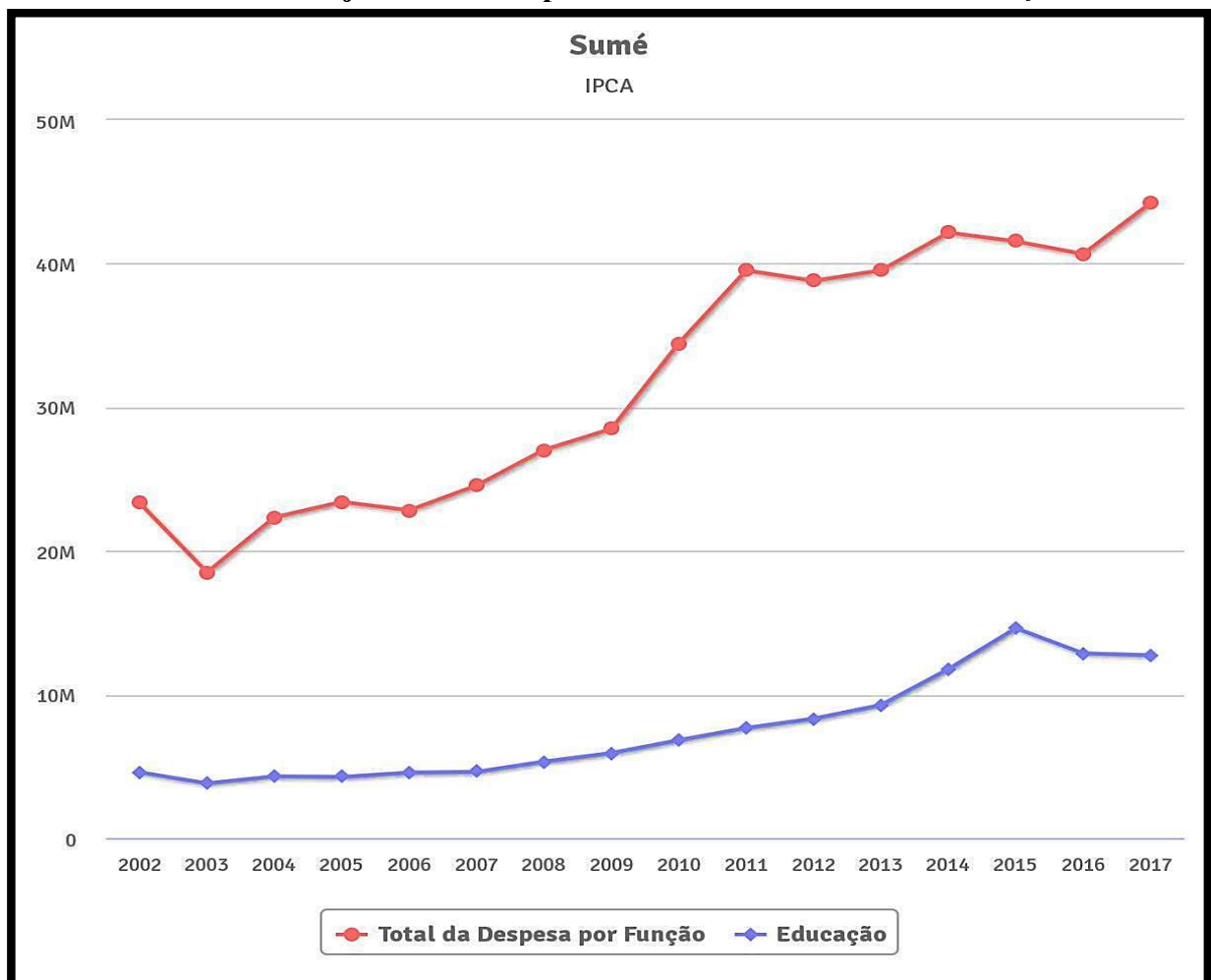
item	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
TOTAL GERAL DA DESPESA POR FUNÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.458.568,70	39.534.611,58	39.854.490,39	41.091.506,80	42.810.653,76	41.556.409,46	42.923.604,21	46.378.913,69
Total da Despesa por Função	23.332.085,70	18.508.840,22	22.339.163,19	23.414.828,18	22.829.818,28	24.557.588,01	27.038.193,35	28.501.989,59	34.458.568,70	39.534.611,58	38.810.204,44	39.538.067,43	42.167.847,57	41.556.409,46	40.678.654,19	44.226.264,72
Legislativa	599.107,68	644.762,54	812.945,31	833.700,17	939.123,75	959.124,75	1.018.255,40	1.245.493,19	1.060.109,68	1.234.022,47	1.287.117,78	1.312.380,83	192.454,78	1.300.554,35	1.266.145,87	1.382.771,83
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	1.195.646,80	1.205.016,61	1.678.027,38	2.176.984,28	2.388.420,84	2.041.660,20	2.186.743,69	2.191.620,38	2.558.891,44	2.054.521,42	1.982.440,16	1.908.576,68	1.969.355,16	1.840.128,06	1.590.973,05	2.706.879,15
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	872.205,70	782.284,02	718.309,54	782.593,76	1.168.037,43	1.455.044,25	2.029.038,27	1.530.013,94	1.884.168,21	1.676.159,61	1.687.358,99	1.058.491,88	1.353.652,18	1.275.065,95	995.771,35	1.204.287,66
Previdência Social	0,00	440.925,21	629.559,41	801.231,65	873.376,32	1.047.082,53	1.072.968,62	1.339.495,52	1.639.507,78	2.589.018,78	2.151.833,03	2.462.954,75	2.776.174,01	0,00	0,00	3.778.933,81
Saúde	7.339.451,94	6.895.161,05	8.363.739,19	9.219.372,38	8.309.641,71	8.823.920,62	8.608.145,36	9.969.605,28	10.962.249,72	11.178.789,55	13.376.605,77	14.153.485,88	14.845.963,68	15.553.698,41	16.005.070,44	15.223.104,32
Trabalho	571.500,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	191.839,97	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	4.586.279,38	3.816.752,95	4.306.156,01	4.266.937,44	4.565.174,68	4.621.078,93	5.334.120,92	5.930.383,18	6.824.499,62	7.675.855,32	8.323.681,59	9.275.447,60	11.770.893,11	14.618.058,94	12.868.646,39	12.739.556,99
Cultura	322.399,25	179.815,00	284.969,55	365.903,17	0,00	499.002,19	790.799,25	370.547,88	488.943,25	613.555,60	567.017,13	465.800,54	776.307,33	402.209,15	337.690,20	510.939,87
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	3.034.404,25	2.178.794,17	2.059.300,21	2.348.730,39	1.981.161,28	2.879.912,20	3.099.084,02	2.987.230,62	2.790.625,83	3.917.040,37	5.216.478,48	5.512.048,56	4.648.077,14	4.371.799,50	5.789.198,74	4.523.458,97
Habitação	834.591,20	15.416,25	44.961,20	659.214,62	413.349,46	286.990,24	173.768,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	761.941,35	13.075,02	1.753.691,32	367.375,61	143.852,14	152.248,90	220.716,11	764.614,57	3.361.868,10	6.077.765,75	1.354.294,77	689.147,70	431.768,73	24.676,61	66.651,37	194.477,06
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	732,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.425,22	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.745.711,71	362.602,87	469.372,57	992.485,81	668.558,46	668.223,82	1.094.403,03	418.049,93	1.316.844,10	866.016,23	1.018.798,89	993.235,50	1.321.839,00	1.027.160,67	984.552,82	1.166.672,71
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	882.538,06	743.498,98	580.619,40	72.754,49	418.615,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	136.137,93	86.388,64	57.662,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	79.286,27	88.331,92	16.488,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	9.030,08	21.475,15	33.215,45	24.121,14	42.575,64	8.442,49	53.801,15	155.168,18	394.150,67	259.219,07	358.193,13	207.328,28	743.935,09	258.830,22	15.351,43	0,00
Desporto e Lazer	80.044,65	74.052,24	106.317,37	70.262,91	63.293,03	100.755,94	101.365,42	330.776,95	122.937,79	371.931,76	385.725,66	418.101,38	662.974,12	209.896,83	66.351,24	65.969,99
Encargos Especiais	281.809,42	960.487,60	423.828,50	433.160,36	854.637,64	1.014.100,95	1.254.983,32	1.268.257,70	1.053.772,53	1.020.715,65	1.100.659,06	889.227,87	674.453,23	674.330,78	683.826,06	729.212,36
TOTAL DA DESPESA POR FUNÇÃO (INTRAORÇAMENTÁRIA)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.044.285,95	1.553.439,37	642.806,20	0,00	2.244.950,02	2.152.648,96

Fonte: Frente Nacional de Prefeitos (FNP), 2019.

Em termos gerais, os gastos do município de Sumé-PB dispostos nos dezesseis anos da série somaram R\$ 511.493.134,61 (proporcionando uma média anual de R\$ 31.968.320,91). Já o valor destinado para educação no período totalizou R\$ 121.523.523,04 (média anual de R\$ 7.595.220,19). Em termos de contraposição os dispêndios com educação representaram 23,76% de todas as despesas realizadas pela prefeitura no intervalo. Todavia, foi muito mais acentuados no final da série (ano de 2017), quando a participação das despesas com educação alcançaram de 28,81% dos gastos totais do município, como demonstra o gráfico abaixo.

Tal informação demonstra a importância proferida pela gestão pública local para com o segmento educacional, uma vez que, o valor relativo destinado para o ensino supera o percentual mínimo determinado por lei (a Constituição Federal de 1988 estabeleceu que os municípios aplicassem ao menos 25% de sua receita resultante de impostos e transferências na manutenção e no desenvolvimento da educação).

Gráfico 01 – Trajetória das Despesas Totais e nos Gastos em Educação



Fonte: Frente Nacional de Prefeitos (FNP), 2019.

4.2 Análise do IDHM no município de Sumé-PB

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador de medida empregado para aferir o grau de desenvolvimento de uma determinada sociedade considerando os quesitos de educação, saúde e renda. O uso de um indicador que englobe outras variáveis que não apenas a questão econômica ocorreu originalmente no ano de 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a partir da constatação da forte limitação do Produto Interno Bruto (PIB) em explicitar a evolução das questões sociais. Esse indicador foi elaborado pelo pesquisador paquistanês *Mahbub Ul Haq* (economista) e pelo indiano *Amartya Sen* (economista e filósofo).

A uniformização de uma metodologia que empregasse as variáveis de educação, saúde e renda, permitiu uma confrontação não apenas econômica mais também social da evolução humana e produtiva dos países e serviu de referência para mensurar as carências de cada nação frente às futuras demandas.

Em termo quantitativo, o IDH é uma referência numérica que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de zero, pior é o indicador para os quesitos de saúde, educação e renda. Quanto mais próximo de 1, melhores são as condições para esses quesitos. Destaca-se que o IDH zero (nenhum desenvolvimento humano) ou um (pleno desenvolvimento humano), são apenas uma utopia, pois, efetivamente são impossíveis de serem alcançados.

Figura 06 – Classificação do PNUD sobre o Grau de Variação do IDH



Fonte: ABC Consultoria Estatística, 2019.

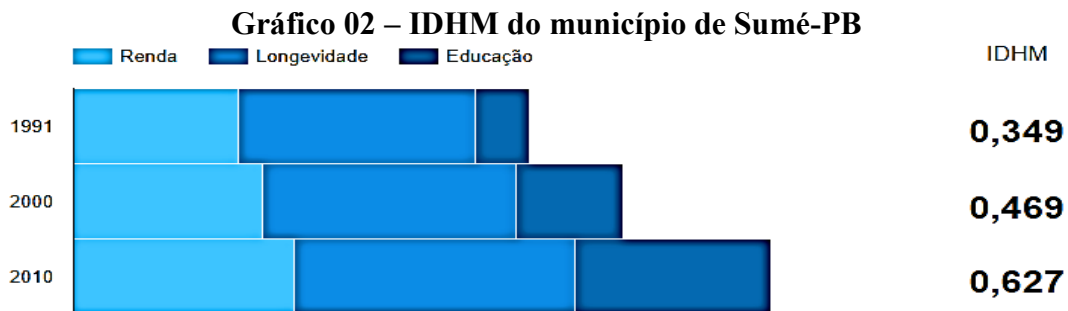
Do mesmo modo do IDH, o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), serve para o mesmo propósito no contexto local, empregando metodologia similar. Em outras palavras, o IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH-Global – saúde (longevidade), educação (conhecimento) e renda (poder aquisitivo), ou seja, observa no contexto municipal a oportunidade da sociedade de viver uma vida longa e saudável, a possibilidade de se ter acesso ao conhecimento, e de se ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas (dignidade).

No Brasil, o IDHM é calculado a cada dez anos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com o auxílio da Fundação João Pinheiro, seguindo a metodologia

estabelecida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e tendo os resultados oficialmente divulgados no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

Destaca-se que os resultados atualmente disponíveis que mensuram o IDHM e estão expostos no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil são originários dos anos de 1991, 2000 e 2010, sendo estes, por conseguinte, os valores considerados nesse estudo.

Passando para a avaliação dos resultados, o IDHM do município de Sumé-PB demonstrou os seguintes índices gerais, para os anos citados:



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2019.

Como demonstrado no gráfico exposto, o IDHM local vem melhorando nos vinte anos (intervalo considerado no estudado), passando de 0,349 no ano de 1991 para 0,627 no ano de 2010, o que configurou uma melhora absoluta no índice local de 0,278 e relativa de 79,66%.

De forma detalhada, o componente com melhor progressão do IDHM do município foi o IDHM-Educação, como demonstra a tabela abaixo. O IDHM-Educação teve um avanço absoluto de 0,387 e percentual de 263,27%; contra 0,118 absoluto e 18,24% percentual do IDHM-Saúde; e 0,155 absoluto e 34,68% do IDHM-Renda.

Tabela 03 – IDHM e seus componentes – Sumé-PB

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,147	0,289	0,534
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	10,01	18,10	35,19
% de 5 a 6 anos na escola	48,81	89,05	98,76
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	16,03	36,43	84,58
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	4,01	11,66	43,32
% de 18 a 20 anos com médio completo	2,76	9,41	36,55
IDHM Longevidade	0,647	0,692	0,765
Esperança de vida ao nascer	63,79	66,49	70,88
IDHM Renda	0,447	0,515	0,602
Renda per capita	129,47	196,90	339,68

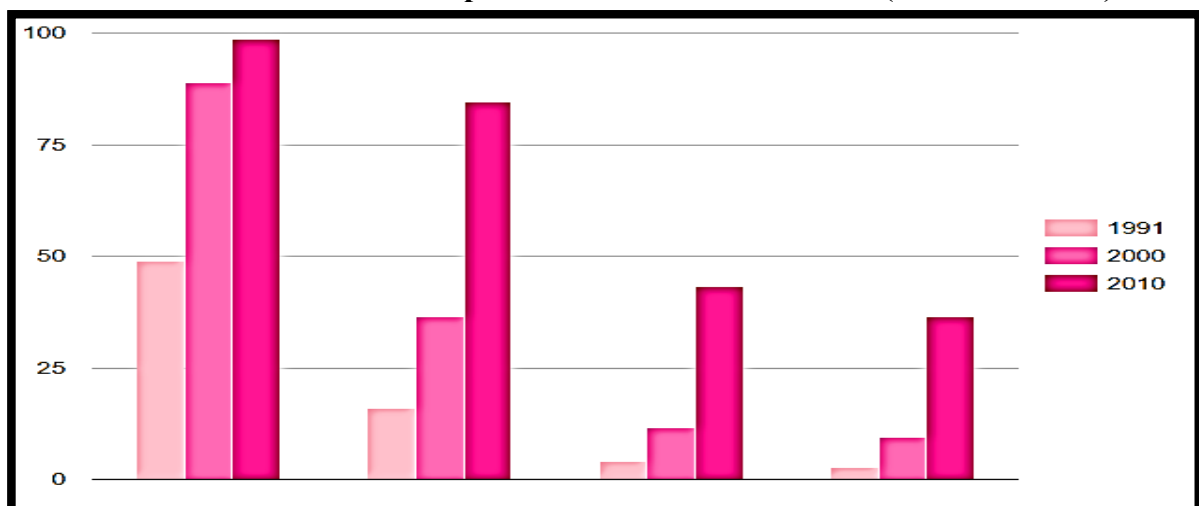
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2019.

4.3 Análise do IDHM-Educação no município de Sumé-PB

O IDHM-Educação é um indicador de educação referenciado pela quantidade média de anos de estudo de uma população, pois, para o PNUD compreende-se que, quanto maior for o tempo de permanência de uma população na escola, melhores serão as chances de desenvolvimento para esse país (no caso municipal, maior será o desenvolvimento local). Por outro lado, mostra ainda o comprometimento dos gestores com o futuro de sua nação (estado ou município), na medida em que esse indicador reflete-se diretamente no desenvolvimento das futuras gerações. Assim, as políticas de estado para matricular todas as crianças e adolescentes nas escolas e diminuir as taxas de evasão e repetência, por exemplo, proporcionariam à melhora na condição de vida da população e subsidiaria o desenvolvimento nacional, estadual e local.

Dentro desse contexto, observando os resultados do IDHM-Educação do município de Sumé-PB, se pode constatar que a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola foi de 98,76%, em 2010 (contra 48,81% em 1991 e 89,05% em 2000). No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental foi de 84,58% (contra 16,03% em 1991 e 36,43% em 2000); a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo foi de 43,32% (contra 4,01% em 1991 e 11,66% em 2000); e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo foi de 36,55% (contra 2,76% em 1991 e 9,41% em 2000). Como evolução, entre 1991 e 2010, essas proporções representaram um aumento percentual de 49,95% entre crianças de 5 a 6 anos, 68,55% para crianças de 11 a 13 anos, 39,31% para de jovens de 15 a 17 anos; e 33,79% para jovens de 18 a 20 anos.

Gráfico 03 - Fluxo Escolar por Faixa Etária em Sumé/PB (1991/2000/2010)

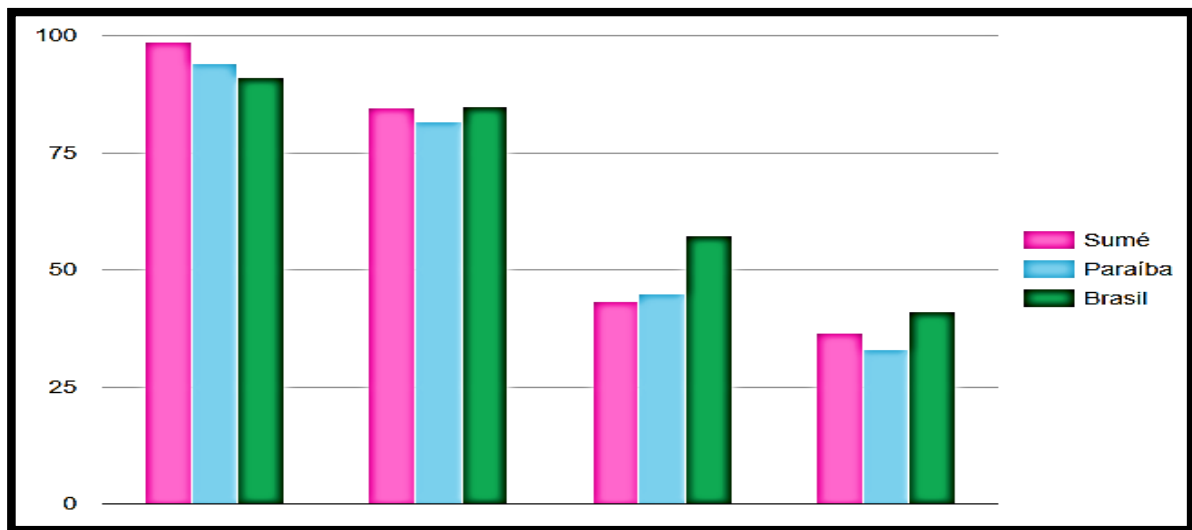


Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2019.

Em contrapartida ao exposto, em termos de adequação, os resultados não são tão positivos, pois, os dados demonstram que em 2010, 79,50% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 57,07% e, em 1991, 58,13%. Logo, se por um lado o acesso a educação foi ampliado, por outro a retenção também.

Comparando o total de alunos matriculados do município com o valor total estadual e nacional, com exceção do estrato que considera as crianças de 5 a 6 anos na escola, em todos os demais o percentual municipal foi inferior ao Brasil e majoritariamente superior a Paraíba. Em números, em 2010 a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola em Sumé-PB era de 98,76% contra 94,13% na Paraíba e 91,12% no Brasil. A proporção de crianças de 11 a 13 anos em Sumé, no mesmo ano, era de 84,58% contra 81,67% no estado e 84,86% no país. Já entre os jovens de 15 a 17 anos o percentual do município era de 44,85% contra 44,85% no estado e 57,24% no país. Por fim, entre os jovens de 18 a 20 anos o percentual de Sumé era 36,55% contra 32,88% no estado e 41,01% no país.

Gráfico 04 – Fluxo Escolar por Faixa Etária em Sumé/PB (2010)



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2019.

De acordo, com a secretaria de educação de Sumé-PB estes resultados são decorrentes da prioridade que o segmento de ensino tem para a prefeitura local. Como ênfase, o secretário da pasta mencionou que há vários anos o município obedece linearmente os valores percentuais anuais determinados por lei, permitindo os investimentos educacionais necessários. Como exemplo foi citado os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

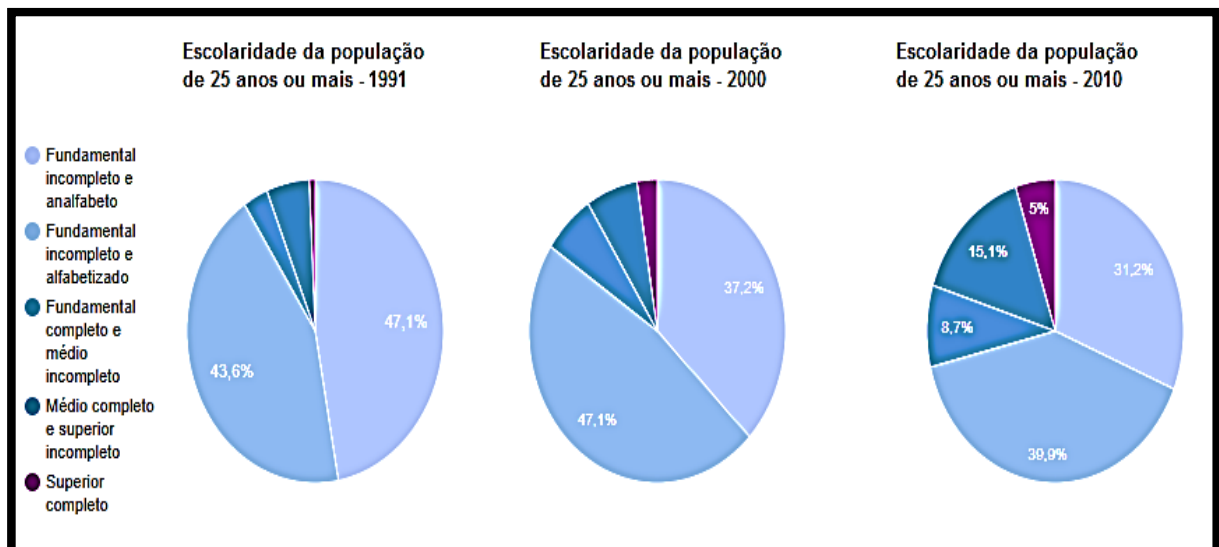
(FUNDEB), com destinação de 60% do montante total para professores e 40% para manutenção dos outros serviços da educação.

Como complemento, igualmente destaca-se o indicador Expectativa de Anos de Estudo que sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 1991 e 2010, esse indicador passou de 6,07 anos para 9,64 anos, no município, enquanto na Paraíba passou de 6,21 anos para 9,24 anos. Logo, o município conseguiu durante o intervalo estudado superar a expectativa de anos de estudo do estado.

Com relação à população adulta o IDHM-Educação expõe o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade (que não podem ser excluídas das estatísticas).

Com relação a este componente, entre 2000 e 2010, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo passou de 18,10% para 35,19%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na Paraíba. Em 1991, os percentuais eram de 10,01%, no município, e 30,09%, no estado. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 31,24% eram analfabetos, 28,82% tinham o ensino fundamental completo, 20,13% possuíam o ensino médio completo e 5,01%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

Gráfico 05 – Tempo de Escolaridade da População Adulta de Sumé/PB



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2019.

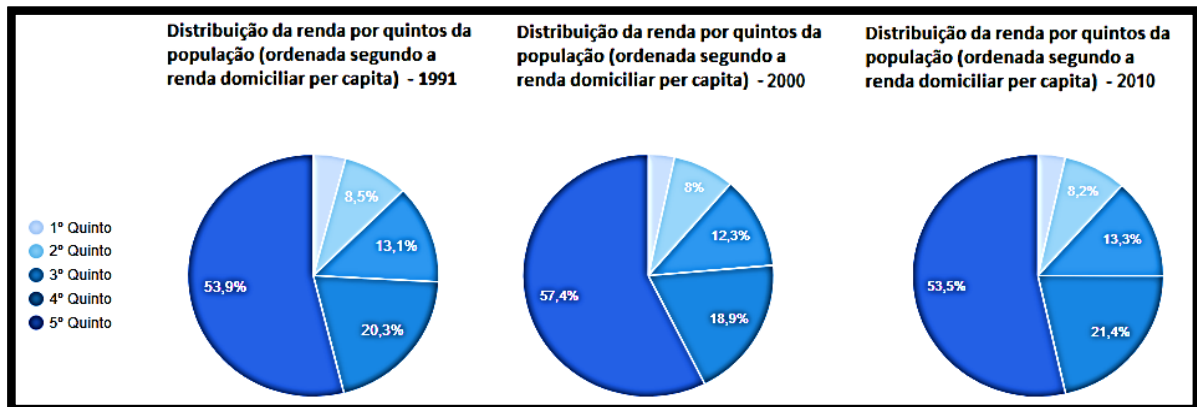
4.4 Evolução da renda do município de Sumé-PB

Como informação adjacente, esta subseção apresenta a progressão da renda *per capita* e de alguns indicadores sociais no mesmo intervalo de tempo, em estudo, que possuem vinculação direta com a educação.

Em valores, a renda *per capita* média de Sumé cresceu 162,36% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 129,47, em 1991, para R\$ 196,90, em 2000, e para R\$ 339,68, em 2010. Isso corresponde a uma taxa média anual de crescimento no período de 5,21%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,77%, entre 1991 e 2000, e 5,60%, entre 2000 e 2010.

Como demonstra o gráfico 06, a proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 74,26%, em 1991, para 56,35%, em 2000, e para 30,91%, em 2010.

Gráfico 06 – Tempo de Escolaridade da População Adulta de Sumé/PB



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2019.

A evolução da desigualdade de renda, por sua vez, nesses dois períodos pode ser descrita através do Coeficiente de *Gini* (instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda). Em Sumé o Índice de *Gini* passou de 0,49, em 1991, para 0,53, em 2000, e para 0,50, em 2010.

Quadro 01 - Renda, Pobreza e Desigualdade – Sumé-PB

	1991	2000	2010
Renda per capita	129,47	196,90	339,68
% de extremamente pobres	40,18	25,64	11,31
% de pobres	74,26	56,35	30,91
Índice de Gini	0,49	0,53	0,50

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o objetivo desse trabalho era ponderar a relevância da educação como fator basilar para a promoção do desenvolvimento local, pode-se concluir que no período de 1991-2010, o IDHM-Educação do município de Sumé-PB demonstrou expressiva evolução sinalizando, portanto, um avanço não apenas nas variáveis setoriais, mais, igualmente em indicadores socioeconômicos, como renda *per capita*, pobreza e miséria (com exceção abonada apenas para o coeficiente de *Gini*, que permaneceu praticamente constante).

Como verificação, de modo geral a evolução decenal do IDHM-Educação mostrou-se progressivo tanto em termos absoluto como relativo, apresentando como presumível fiador os aportes financeiros que elevaram de forma significativa os investimentos destinados para o segmento aludido, replicando em ganhos coletivos como mencionado anteriormente.

Todavia, a falta de informações prestadas pela prefeitura local (mesmo com a aplicação de questionário junto à secretaria de educação), impediu que o estudo pudesse vislumbrar de maneira tipificada as políticas destinadas ao setor e conseqüentemente, conseguisse avivar de forma mais detalhada as ações públicas voltadas especificamente para cada estrato envolvido (crianças, jovens e adultos).

Como desfecho, deve ser demarcada a notabilidade da participação população no processo de construção do desenvolvimento local, uma vez que, o desenvolvimento da esfera local passa necessariamente pela incorporação de todos os seus fatores (naturais, tecnológicos e humanos). Em outras palavras, a execução de qualquer projeto de desenvolvimento (e não meramente crescimento) terá de aprimorar continuamente o emprego dos recursos citados, no caso humano, isso está intimamente associado não apenas ao uso do homem como trabalhador mais, sobretudo, como sinalizador de demandas e elaborador de conhecimento (via educação).

Desse modo, destaca-se que não é suficiente apenas reativar a economia do município sem dinamizar sociedade. Assim, torna-se impositivo a utilização de iniciativas e implementos sócio-educacionais de formação e inclusão de pessoas e comunidades (localidades) concretas em processos endogeneizadores de capacidades, competências e habilidades, voltados sempre para desenvolvimento.

Logo, fica como enaltecimento final, que do mesmo que para a confirmação do desenvolvimento nacional como resultado empírico, somente será possível com a confirmação de progresso de todos os seus aspectos (econômico, social, ambiental e local), o desenvolvimento local apenas será efetivo se de modo similar aspectos basilares foram cumpridos, entre estes está o melhoramento da educação e de todos os seus aportes de composição (acesso, permanência e regularidade).

REFERENCIAS

- ABC Consultoria Estatística. **Coefficientes de correlação**. Disponível em: <http://www.abgconsultoria.com.br/blog/coeficientes-de-correlacao/>. Acesso em: 02 de maio de 2019.
- ACSELRAD, H.; LEROY, J. P. Novas premissas da sustentabilidade democrática. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.1, São Paulo, 1999.
- BARBOSA, A. F. et al. Desenvolvimento econômico e inclusão social. In: POCHMANN, M. (Org.). **Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BUARQUE, S. C. **Desenvolvimento local e planejamento municipal** (roteiro de exposição preliminar). INCRA-IIICA, mimeo, 1997.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COSTA, E. **Gestão do espaço urbano de Campo Grande**: alternativas de desenvolvimento local? In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, 2003, Campo Grande. Anais. Campo Grande: UCDB, 2003.
- DELORS, J. (Org.). **Educação**: um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Tradução de José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez Editora. Brasília: Unesco, 1998.
- DOWBOR, L. **Educação e desenvolvimento local**. Ladislau Dowbor, online, 3 abril 2006. Disponível em: <http://dowbor.org/06edulocal.doc>. Acesso em: 10 de abril de 2019.
- FARFUS, D.; ROCHA, M. C. S. (Org.). **Inovações Sociais**. Curitiba: Sesi/Senai/IEL/Unindus, 2007.
- FINER. Fundação Instituto Nereu Ramos. **Plano de desenvolvimento da serra catarinense**. Disponível em: <http://www.finer.org.br/SiteProduto/produto/45>. Acesso em 02 de abril de 2019.
- FRANCO, A. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília, DF: Instituto de Política / Millennium, 2000.
- FUKUYAMA, F. **A grande ruptura**: a natureza humana e a reconstituição da ordem social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- JORGE, L. **Inovação Curricular**: agentes que intervêm na inovação. Piracicaba: UNIMEP, 1996.
- KANG, T. H. **A educação gaúcha e os índices municipais de desenvolvimento**. Disponível em: <http://carta.fee.tche.br/article/a-educacao-gaucha-e-os-indices-municipais-de-desenvolvimento/>. Acesso em: 30 de março de 2019.
- KLEIN, J. T. **Ensino Interdisciplinar: didática e teoria**. In: FAZENDA, Ivani (Org.). Didática e Interdisciplinaridade. Campinas, Papirus, 2002.

KLERING, L. R.; FACHIN, R. C.; MESQUITA, Z. **Avaliação da importância de atributos de projetos de desenvolvimento inovadores.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 9, p. 1-26, nov. 1998.

MARTINEZ, E. N. **Desarrollo de la Educación en los Espacios Locales.** [apresentação em slides]. 18 mar. 2003. Disponível em: <http://www.pedagogiasocial.cl/textos/educalocal.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2011.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local.** Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002.

MOREIRA, M. A. **Aprendizagem significativa.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

PAIVA, F.; MONTEIRO, J. P. **Os 5 elementos:** a essência da gestão compartilhada no Pacto de Cooperação do Ceará. São Paulo: *Qualitymark*, 2001.

RÉGIS, H. P.; DIAS, S. M. R. C.; BASTOS, A. V. B. **Articulando cognição, redes e capital social:** um estudo entre empresários participantes de incubadoras de empresas. ENANPAD, 30. In: Anais. Salvador, 2006.

SENHORAS, E. **Caminhos Bifurcados do Desenvolvimento Local:** as boas práticas de gestão pública das cidades, entre a competição e a solidariedade. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, v. 3, n. 2, p. 3-27, maio/ago. 2007.

STEWART, T. A. **Capital intellectual.** 6 ed. Tradução de Ana Beatriz Rodrigues, Priscilla Martins Celeste. Rio de Janeiro: Campos, 1998.

TORRES, R. M. **Comunidad de Aprendizaje: repensando lo educativo desde el desarrollo local y desde el aprendizaje.** SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE COMUNIDADES DE APRENDIZAJE, Barcelona Fórum 2004, 5-6 out. 2001, Barcelona. Anais. Barcelona: UNED. Disponível em: http://www.inafocam.edu.do/cms2/data/formacion/comunidades_y_aprendizaje.pdf. Acesso em: 05 de maio de 2019.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **A UNESCO no Brasil.** Disponível em: <http://www.unesco.org/brasil>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

ZÁRATE, R.; ARTESI, L. **Conocimiento, Educación y Desarrollo Local.** CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDIOS DEL TRABAJO, 5, agosto de 2001, Buenos Aires. Anais... Buenos Aires: Asociación Argentina de Especialistas en Estudios del Trabajo, 2001.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO - CDSA
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA - UAGESP
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA
PESQUISADORA: VIVIANE CRISTINA DE OLIVEIRA MELO RODRIGUES
PROFESSOR ORIENTADOR: DR. GILVAN DIAS FILHO**

QUESTIONÁRIO APLICADO NA PREFEITURA DE SUMÉ

1. A educação é prioridade para o município de Sumé? Em que aspecto (econômico, social, saúde, etc.)?
2. Quais programas, projetos e políticas públicas federais destinadas à educação são aplicados no município de Sumé? Se possível detalhar.
3. Quais programas, projetos e políticas públicas estaduais destinadas à educação são aplicados no município de Sumé? Se possível detalhar.
4. Quais programas, projetos e políticas públicas municipais destinadas à educação são aplicados no município de Sumé? Se possível detalhar.
5. Qual a participação dos investimentos educacionais no orçamento anual do município?
6. Quais são as prioridades atuais da prefeitura de Sumé em termos de investimentos (gastos) em educação?
7. De forma efetiva, quais as melhorias quantitativas e qualitativas você poderia citar como resultado desses investimentos em educação para o município (ou sociedade sumeense), no presente?
8. Além dos resultados atuais, o município de Sumé possui objetivo e metas de resultados quantitativos e qualitativos estabelecidas para a educação local para os próximos anos?
9. Para a prefeitura existe alguma relação entre o desenvolvimento local e os investimentos em educação? Quais?

Obrigado!